

**Simulado PF
(Delegado)
Nivelamento
Pós-Edital (17/01/2021)**
Simulados - PF - Delegado (Pós-Edital)

Autor:

18 de Janeiro de 2021



Estratégia
Carreira Jurídica

SIMULADO DE NIVELAMENTO

DELEGADO DA
PF 2021



Simulado Especial

Simulado Delegado da PF

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO EXCLUSIVO

- 1 – Este simulado conta com questões focadas no concurso para Delegado da Polícia Federal;
- 2 – A prova contém **120 itens** que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 – As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora CESPE, com assertivas para serem valoradas como “certo” ou “errado”.
- 4 – Este PDF foi enviado por e-mail, disponibilizado na área do aluno e em um artigo publicado no blog do Estratégia Concursos;
- 5 – Os participantes têm das **8:00 às 13:00** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 6 – O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado na última página deste PDF;
- 7 – O Gabarito do Simulado e o Ranking Classificatório com nota serão divulgados no blog do Estratégia Concursos.
- 8 – Esse simulado é uma auto avaliação! Você mesmo (a) vai corrigir, a partir do padrão de respostas disponível na área do aluno.

PREENCHA SEU GABARITO NO LINK - <http://bit.ly/Simulado-Delegado-PF-17-01>

01 – C E	26 – C E	51 – C E	76 – C E	101 – C E
02 – C E	27 – C E	52 – C E	77 – C E	102 – C E
03 – C E	28 – C E	53 – C E	78 – C E	103 – C E
04 – C E	29 – C E	54 – C E	79 – C E	104 – C E
05 – C E	30 – C E	55 – C E	80 – C E	105 – C E
06 – C E	31 – C E	56 – C E	81 – C E	106 – C E
07 – C E	32 – C E	57 – C E	82 – C E	107 – C E
08 – C E	33 – C E	58 – C E	83 – C E	108 – C E
09 – C E	34 – C E	59 – C E	84 – C E	109 – C E
10 – C E	35 – C E	60 – C E	85 – C E	110 – C E
11 – C E	36 – C E	61 – C E	86 – C E	111 – C E
12 – C E	37 – C E	62 – C E	87 – C E	112 – C E
13 – C E	38 – C E	63 – C E	88 – C E	113 – C E
14 – C E	39 – C E	64 – C E	89 – C E	114 – C E
15 – C E	40 – C E	65 – C E	90 – C E	115 – C E
16 – C E	41 – C E	66 – C E	91 – C E	116 – C E
17 – C E	42 – C E	67 – C E	92 – C E	117 – C E
18 – C E	43 – C E	68 – C E	93 – C E	118 – C E
19 – C E	44 – C E	69 – C E	94 – C E	119 – C E
20 – C E	45 – C E	70 – C E	95 – C E	120 – C E
21 – C E	46 – C E	71 – C E	96 – C E	
22 – C E	47 – C E	72 – C E	97 – C E	
23 – C E	48 – C E	73 – C E	98 – C E	
24 – C E	49 – C E	74 – C E	99 – C E	
25 – C E	50 – C E	75 – C E	100 – C E	



DIREITO ADMINISTRATIVO

Rodolfo Penna

01. Com relação ao regime jurídico administrativo e aos princípios expressos e implícitos que regem a Administração Pública, julgue o item subsequente.

Em virtude do princípio da reserva legal, a administração pública deve fazer o que está prescrito em lei e abster-se de atuar quando a lei proibir.

02. Considerando a organização da Administração Pública, julgue o item seguinte.

Na descentralização funcional, a Administração Pública cria uma pessoa jurídica de direito público ou de direito privado (entidade administrativa) e a ela transfere determinado serviço, enquanto a desconcentração é a distribuição de competências entre os órgãos internos, com personalidade jurídica própria, dentro de uma mesma pessoa jurídica, como é o caso da secretaria nacional de segurança pública.

03. De acordo com a jurisprudência, no que diz respeito à organização da Administração Pública, julgue a assertiva a seguir.

A alienação do controle acionário de empresas públicas e sociedades de economia mista exige autorização legislativa e licitação, enquanto a exigência de autorização legislativa, todavia, não se aplica à alienação do controle de suas subsidiárias e controladas, devendo, neste último caso, apenas respeitar procedimento de acordo com os princípios da Administração Pública, não sendo exigida licitação.

04. Com relação aos Poderes da Administração Pública, julgue o item subsequente.

É constitucional a delegação do poder de polícia, por meio de lei, a pessoas jurídicas de direito privado integrantes da administração pública indireta de capital social majoritariamente público que prestem exclusivamente serviço público de atuação própria do Estado e em regime não concorrencial.

05. No que concerne aos atos administrativos, julgue a afirmação a seguir.

A extinção do ato administrativo por caducidade ocorre quando a Administração edita um novo ato que se contrapõe ao ato anterior, que é extinto, havendo pela incompatibilidade material entre eles.

06. Em relação aos contratos administrativos, julgue a assertiva subsequente.

A Administração Pública somente pode alterar o contrato quando necessária a modificação do regime de execução da obra ou serviço, bem como do modo de fornecimento, quando houver anuência do contratado.

07. Com relação às licitações, julgue o item a seguir.

Em regra, o servidor ou dirigente de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução de obra ou serviço e do fornecimento de bens a eles necessários, salvo se estiver em gozo de licença não remunerada.

08. No que diz respeito às parcerias público-privadas (Lei 11.079/2004), julgue a assertiva a seguir.

As concessões patrocinadas em que mais de 60% (sessenta por cento) da remuneração do parceiro privado for paga pela Administração Pública dependerão de autorização legislativa específica.

09. O Art. 37, inciso X da Constituição Federal assegura aos servidores públicos a revisão geral anual, sempre na mesma data e sem distinção de índices. Neste caso,

O não encaminhamento de projeto de lei de revisão anual dos vencimentos dos servidores públicos não enseja direito subjetivo à indenização, mas o Poder Executivo deve se pronunciar, de forma fundamentada, acerca das razões pelas quais não propôs a revisão.



10. A respeito do regime jurídico disciplinar dos servidores públicos e do processo administrativo disciplinar (PAD), julgue a assertiva subsequente.

Instaurado o processo administrativo disciplinar, fica superado o exame de eventuais irregularidades ocorridas durante a sindicância.

11. Com relação à improbidade administrativa (lei 8.429/92), julgue a assertiva subsequente.

O sucessor daquele que causar lesão ao patrimônio público ou se enriquecer ilicitamente não está sujeito às cominações da lei de improbidade administrativa, salvo se comprovada a sua participação ou benefício mediante processo judicial.

12. Com relação à responsabilidade civil do Estado, julgue o item a seguir.

No caso de posse em cargo público determinada por decisão judicial, entende o STF que o servidor faz jus à indenização sob fundamento de que deveria ter sido investido em momento anterior.

DIREITO CONSTITUCIONAL

Nelma Fontana

O sindicato dos trabalhadores petroquímicos organizou uma marcha em trecho da BR 101 contra a transposição do Rio São Francisco, mas não fez prévia comunicação formal ao Poder Público, embora tivesse divulgado o evento em boletim do sindicato, motivo pelo qual a União tentou impedir a reunião por meio de decisão judicial.

A respeito do caso narrado, tomando-se por base o posicionamento recente do Supremo Tribunal Federal e o texto expresso da Constituição Federal, julgue os itens 13 e 14.

13. Segundo posicionamento do Supremo Tribunal Federal, a exigência constitucional de prévio aviso não é condicionante de exercício do direito de reunião, mas apenas necessária para assegurar o caráter pacífico da manifestação e para impedir que uma reunião frustre outra marcada para o mesmo lugar, dia e horário.

14. A competência para processar e julgar a ação de interdito proibitório, no caso narrado, é de juiz federal, uma vez que a União figura no polo ativo da demanda.

A respeito do sistema presidencialista de governo e do Poder Executivo, julgue os itens 15, 16 e 17.

15. No Brasil, em razão do sistema presidencialista de governo, o Presidente da República acumula as funções de chefe de estado e chefe de governo.

16. Compete ao Presidente da República, na qualidade de chefe de Estado, decretar e executar a intervenção federal.

17. O Presidente da República poderá delegar aos Ministros de Estado a competência para iniciar o processo legislativo, na forma e nos casos previstos na Constituição, mas não poderá delegar a competência para prover e desprover cargos públicos federais.

Acerca do controle de constitucionalidade, julgue os próximos três itens.

18. O Procurador-geral da República tem legitimidade para propor ação direta de inconstitucionalidade com o intuito de combater proposta de emenda à Constituição Federal que objetiva abolir uma garantia individual consagrada no texto da Lei Maior, porque possui legitimização universal.

19. Segundo posicionamento do Supremo Tribunal Federal, no controle abstrato de constitucionalidade relativo à Constituição Federal, não se aplicam hipóteses de impedimento e nem de suspeição de Ministro, salvo por razões de foro íntimo suscitadas pelo próprio magistrado.

20. Caso: O Presidente da República editou medida provisória para reformulação do ensino médio. O Partido Político XXX, com representação no Congresso Nacional, ingressou com ação direta de inconstitucionalidade, para



questionar a inconstitucionalidade da medida em razão da ausência dos requisitos relevância e urgência.

Assertiva: Não cabe ao Judiciário a análise da urgência da medida provisória, de modo que apenas ao Presidente da República foi atribuída a prerrogativa de verificar a necessidade ou não de fazer uso da espécie normativa, conforme as prioridades de seu governo.

A respeito do conceito e das classificações das Constituições, julgue os itens 21 e 22.

21. A Constituição rígida não tem vinculação com cláusula pétrea.

22. Constituição dirigente, também chamada compromissária, é aquela que pretende limitar os poderes do Estado por meio da proteção aos direitos individuais.

A respeito da organização do Estado, julgue os itens 23 e 24.

23. Caso: o estado do Ceará, durante a pandemia causada pelo novo coronavírus, aprovou lei para reduzir o valor das mensalidades escolares. **Assertiva:** a lei estadual é constitucional, uma vez que dispõe sobre direito do consumidor, assunto da competência concorrente entre a União e os estados.

24. Caso: o estado do Espírito Santo, por meio de emenda à sua Constituição, estendeu o foro por prerrogativa de função às ações de improbidade administrativa, de modo que a autoridade que usufrui do foro privilegiado junto ao Tribunal de Justiça, nas ações penais, também passou a ter foro nas ações de improbidade. **Assertiva:** o dispositivo estadual é inconstitucional, porque o foro privilegiado é excepcional e só se aplica a ações penais.

DIREITO CIVIL

Paulo Sousa

25. O Direito brasileiro distingue validade e vigência, e, em alguma medida, eficácia. A lei pode ser válida, mas

ainda pendente de vigência; bem como pode ser vigente, mas não eficaz. Se a lei entra em vigor na data de sua publicação, não há que se falar em *vacatio legis*, pelo que a norma vigora, de fato, imediatamente. No entanto, a LINDB traz regra específica para o caso de omissão, caso em que a lei começa a vigorar em todo o país quarenta e cinco dias após sancionada pelo Presidente da República.

26. Constitui ato ilícito o requerimento por um Delegado dos documentos de um cidadão em uma abordagem aleatória para fins de intimidação.

27. Sem sentença penal condenatória transitada em julgado, o preso provisório possui domicílio necessário, sendo esse o da própria prisão em que está.

28. Em relação à posse, é correto afirmar que o possuidor direto não poderá defender a sua posse contra o indireto, quando o último for o proprietário.

29. Não são pessoas jurídicas de direito privado os partidos políticos.

30. Em relação aos bens, é correto afirmar que são necessárias as benfeitorias que aumentam ou facilitam o uso do bem.

31. Prescreve em um ano a pretensão de ressarcimento de enriquecimento sem causa.

32. Não se consideram bens móveis as energias que tenham valor econômico.



DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Rodrigo Vaslin

33. O juiz não pode decidir, em grau algum de jurisdição, com base em fundamento a respeito do qual não se tenha dado às partes oportunidade de se manifestar, ainda que se trate de matéria sobre a qual deva decidir de ofício.

34. Tramitando o processo perante outro juízo, os autos serão remetidos ao juízo federal competente se nele intervier a União, suas empresas públicas, entidades autárquicas e fundações, ou conselho de fiscalização de atividade profissional, na qualidade de parte ou de terceiro interveniente, independentemente da matéria tratada na ação.

35. Segundo o Código de Processo Civil, a morte de qualquer das partes, em se tratando de direito transmissível, haverá suspensão do processo para que haja habilitação a fim de que os interessados promovam a sucessão no processo.

36. Para a concessão da tutela de urgência, o juiz exigirá, em todo caso, caução real ou fidejussória idônea para ressarcir os danos que a outra parte possa vir a sofrer.

37. Para a concessão da tutela de evidência, o juiz deverá verificar, além da probabilidade de direito, o perigo de dano ou de risco ao resultado útil do processo.

38. Controvérsia sobre matéria de direito não impede concessão de mandado de segurança.

39. Constatado indício de ato ímprobo, fica autorizado o recebimento da petição inicial, devendo prevalecer, no juízo preliminar, o princípio do in dubio pro societate.

40. O princípio da integração, na tutela coletiva, deriva de construção doutrinária e jurisprudencial, aludindo à possibilidade de integração das diversas fontes normativas do microsistema processual coletivo.

DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO E COOPERAÇÃO INTERNACIONAL

Vanessa Arns

41. Uma Parte não pode invocar as disposições do seu direito interno para justificar o incumprimento de um tratado.

42. A Convenção de Viena sobre Direito dos Tratados, de 1969, conceitua como tratado o acordo internacional concluído por escrito entre Estados e regido em conformidade com o direito internacional, desde que sua denominação se inicie por um dos seguintes termos: tratado, acordo ou pacto.

43. A reserva significa uma declaração unilateral feita por um Estado, ao assinar, ratificar, aceitar ou aprovar um tratado, com o objetivo de excluir ou modificar efeito jurídico de certas disposições de um tratado.

44. Para que um tratado internacional entre em vigor é necessário que ele seja registrado na Secretaria das Nações Unidas.

45. O Se sobrevier uma nova norma imperativa de Direito Internacional geral, qualquer tratado existente que estiver em conflito com essa norma torna-se nulo e extingue-se.

46. Não há previsão expressa de princípios gerais do direito internacional no Estatuto da CIJ.

47. Os sujeitos de Direito Internacional Público considerados pela doutrina moderna possuem as mesmas prerrogativas.



48. O auxílio direto na cooperação internacional pode ser utilizado para obtenção e prestação de informações sobre o ordenamento jurídico e sobre processos administrativos, inclusive os finalizados.

DIREITO PENAL

Michael Procópio

49. O indulto extingue os efeitos primários da condenação (pretensão executória), mas não atinge os efeitos secundários, penais ou extrapenais.

50. É isento de pena quem, por erro plenamente justificado pelas circunstâncias, supõe situação de fato que, se existisse, tornaria a ação legítima. Não há isenção de pena quando o erro é evitável, quando poderá diminuir a pena de um sexto a um terço.

51. A infração bagatelar própria está ligada ao desvalor do resultado e (ou) da conduta e é causa de exclusão da tipicidade material do fato; já a imprópria exige o desvalor ínfimo da culpabilidade em concurso necessário com requisitos *post factum* que levam à desnecessidade da pena no caso concreto.

52. O STF não admite que se considere como mau antecedente a condenação já transitada em julgado, após o decurso do período depurador. Assim, não pode a condenação anterior ser considerada se entre a data do cumprimento ou extinção da pena e a infração posterior tiver decorrido período de tempo superior a 5 (cinco) anos, computado o período de prova da suspensão ou do livramento condicional, se não ocorrer revogação.

53. O tempo de cumprimento das penas privativas de liberdade não pode ser superior a 30 (trinta) anos.

54. Desde que atue moderadamente, usando dos meios necessários, considera-se também em legítima defesa o agente de segurança pública que repele agressão ou risco de agressão a vítima mantida refém durante a prática de crimes.

55. Transitada em julgado a sentença condenatória, a multa será executada perante o juiz da execução fiscal e será considerada dívida de valor, aplicáveis as normas relativas à dívida ativa da Fazenda Pública, inclusive no que concerne às causas interruptivas e suspensivas da prescrição.

56. A conduta de atribuir-se falsa identidade perante autoridade policial é típica, ainda que em situação de alegada autodefesa.

57. Consuma-se o crime latrocínio quando a subtração se verifica, ainda que não obtenha o agente a morte da vítima.

58. Hermanoteu e Issac, versados na prática de delitos patrimoniais, resolvem, no pico da crise hospitalar em Manaus, em janeiro de 2021, em razão da pandemia de Covid-19, subtrair cilindros de oxigênio que, como sabiam previamente, chegariam às 11 horas de 15 de janeiro a um hospital federal da cidade, transferido de outro estabelecimento público de saúde, por necessidade de remanejamento, dada a calamidade naquele local. Nenhum dos dois é servidor público, tendo conseguido a informação ouvindo a conversa de uma enfermeira, que é vizinha deles, com a sua mãe sobre o trabalho que executaria naquele dia. Neste caso, Hermanoteu e Issac praticaram o crime de furto, qualificado pelo concurso de pessoas.

59. A pronúncia é causa interruptiva da prescrição, salvo se o Tribunal do Júri vier a desclassificar o crime.

60. Para o finalismo, o dolo é natural, já que não abrange a consciência da ilicitude, que é elemento da culpabilidade.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

Leonardo Tavares

61. No que tange à competência no processo penal, julgue o item a seguir.



No concurso de jurisdições da mesma categoria, prevalecerá a do lugar em que houver ocorrido o crime cuja pena for maior.

62. Avalie o item a seguir a respeito das alterações promovidas no Código de Processo Penal pela Lei nº 13.964/2019 (Pacote Anticrime).

A sistemática de arquivamento do inquérito policial foi alterada. Embora as disposições estejam com eficácia suspensa, elas prevêm que as peças de informação serão arquivadas pelo próprio Ministério Público, sem a intervenção judicial, submetidas à homologação por uma instância revisora da própria instituição, com possibilidade de a vítima submeter a questão a essa revisão ministerial.

63. No tocante à prisão e à liberdade provisória, julgue o item a seguir.

A inafiançabilidade nos casos de crimes hediondos não impede a concessão judicial de liberdade provisória ao preso.

64. Em relação à prova pericial, avalie o item a seguir.

Não havendo perito oficial para realizar perícia no curso do inquérito policial, é suficiente que a autoridade policial nomeie uma pessoa idônea com nível superior completo, preferencialmente na área relacionada com a natureza do exame.

65. A respeito da atuação do juiz durante a fase de investigação, julgue o item a seguir.

A Lei nº 13.964/2019 trouxe dispositivo ao Código de Processo Penal que proíbe a iniciativa do juiz na fase de investigação ou a substituição da função do órgão de acusação, o que vai em desconformidade com a possibilidade de instauração do procedimento investigatório por requisição judicial.

66. No tocante à prisão temporária, julgue a afirmativa seguinte.

A prisão temporária poderá ser decretada tanto no curso do inquérito policial quanto durante a fase de instrução do processo penal, na medida em que seja necessária para elucidação do caso.

67. Considerando a jurisprudência dos tribunais superiores a respeito do inquérito policial, julgue o item a seguir.

É possível a instauração de inquérito policial com base em denúncia anônima recebida pela autoridade policial, ainda que não seja possível a obtenção imediata de outros elementos de prova a respeito da infração.

68. Julgue o item a seguir a respeito da prisão preventiva.

Em qualquer fase da investigação policial ou do processo penal, caberá a prisão preventiva decretada pelo juiz, somente a requerimento do Ministério Público, do querelante ou do assistente, ou por representação da autoridade policial.

69. Em relação à ação penal, avalie a afirmação a seguir.

A perempção não se aplica nas ações penais de iniciativa pública incondicionada ou condicionada à representação, mas somente às ações penais de iniciativa privada.

70. Julgue o item a seguir considerando o disposto no Código de Processo Penal.

A restituição de coisas apreendidas durante a persecução penal, quando cabível, poderá ser ordenada apenas pelo juiz, mediante termo nos autos, desde que não exista dúvida quanto ao direito do reclamante.

71. Avalie a assertiva a seguir a respeito da liberdade provisória.

São inafiançáveis os crimes de tortura, tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, terrorismo e nos definidos como crimes hediondos.

72. Julgue o item a seguir considerando a jurisprudência dos tribunais superiores.

Compete ao juiz federal do local da apreensão da droga remetida do exterior pela via postal processar e julgar o crime de tráfico internacional.

LEGISLAÇÃO PENAL ESPECIAL

Ivan Marques

73. Nos termos da Lei 9.099/95, não será lavrado o auto de prisão em flagrante ao autor da infração penal de menor potencial ofensivo se firmar compromisso de comparecer ao Juizado Especial Criminal, salvo se o agente for reincidente ou se não ressarcir a vítima, existindo essa possibilidade, perante a autoridade policial.

74. Questões ambientais podem ser de alta complexidade. O nível de detalhamento técnico pode figurar como uma barreira ao cumprimento da lei pela dificuldade de compreensão das suas regras. Ciente disso, o legislador inseriu, na Lei 9.605/98 (legislação penal ambiental), o baixo grau de escolaridade do agente como isenção de pena.

75. Em relação aos crimes de trânsito, em qualquer fase da investigação ou da ação penal, havendo necessidade para a garantia da ordem pública, poderá o juiz, como medida cautelar, ainda que de ofício, decretar, em decisão motivada, a suspensão da permissão ou da habilitação para dirigir veículo automotor, ou a proibição de sua obtenção.

76. Em relação ao crime de tortura, o condenado em definitivo por crime de tortura poderá perder o cargo, função ou emprego público, desde que este efeito seja expressamente declarado na sentença.

77. O Estatuto do Idoso (Lei 10.741/2003) não prevê o estelionato majorado pela vulnerabilidade da vítima idosa.

78. O fato de o documento de identidade possuir rasura é suficiente para que a pessoa civilmente identificada seja criminalmente identificada, nos exatos termos da lei de identificação criminal.

79. A lei brasileira de lavagem de capitais, bens e valores, já está em sua terceira geração, por força da revogação do rol taxativo de crimes antecedentes.

80. Caberá à Polícia Federal autorizar, excepcionalmente, a aquisição de armas de fogo de uso restrito.

81. Não há crime de abuso de autoridade, expresso na Lei 13.869, sem a presença de, pelo menos, um dos cinco dolos específicos expressos na norma.

82. A associação de 4 (quatro) pessoas estruturalmente ordenada e caracterizada pela divisão de tarefas, com objetivo de obter, direta ou indiretamente, vantagem de qualquer natureza, mediante a prática de infrações penais cujas penas máximas sejam superiores a 4 (quatro) anos, será considerada, no plano prático, uma organização criminosa.

83. O Congresso Nacional tipificou o delito de homofobia.

84. O ato de realizar captação ambiental de sinais ópticos e acústicos, sendo um dos interlocutores, não é revestido de tipicidade.

DIREITO EMPRESARIAL

Alessandro Sanchez

85. Acerca de assuntos relativos ao direito empresarial, julgue o item a seguir.

Empresa individual de responsabilidade limitada é constituída por uma única pessoa e seu nome



empresarial deve ser formado necessariamente pela firma seguida da expressão EIRELI.

86. Acerca de assuntos relativos ao direito empresarial, julgue o item a seguir.

Sociedade limitada será regida supletivamente pelas normas da sociedade simples somente se assim estiver estipulado no contrato social.

87. Acerca de assuntos relativos ao direito empresarial, julgue o item a seguir.

A falência incide tanto sobre a sociedade empresária regular quanto sobre o empresário de fato, mas a recuperação judicial beneficia somente os que pratiquem a atividade empresarial conforme a lei.

88. A respeito das sociedades limitadas, julgue o item a seguir.

Em atenção ao princípio da estabilidade ou da variabilidade condicionada do capital social, ressalvado o disposto em lei especial, só pode ser aumentado o capital social após a integralização das quotas sociais inicialmente subscritas.

89. Com relação aos registros públicos e aos contratos bancários, julgue o item.

O contrato bancário por meio do qual o banco antecipa ao cliente o valor do crédito que este titulariza perante terceiro, como as duplicatas, as notas promissórias etc., em regra não vencido, e recebe em cessão denomina-se desconto bancário.

90. Quanto aos dispositivos legais e pronunciamentos técnicos, julgue o item.

Determinada companhia classificada como fechada é proibida de negociar títulos de sua própria emissão.

91. Uma sociedade limitada que possuía um único sócio-administrador sofreu várias condenações judiciais para pagamento de dívidas. Na ação de execução de uma dessas dívidas, não pagou, nem depositou os valores que estavam sendo executados, nem nomeou bens à penhora. A pedido de um credor, foi decretada a falência da sociedade.

A partir dessa situação hipotética, julgue o item que se segue.

Como efeito da decretação da falência, haverá a inabilitação empresarial de todos os sócios.

92. A pedido de um credor, foi decretada a falência da sociedade. A partir dessa situação hipotética, julgue o item que se segue. Como efeito da decretação da falência, haverá a lacração do estabelecimento.

CRIMINOLOGIA

Flávio Milhomem

93. A criminologia é uma ciência dogmática que se preocupa com o ser e o dever ser e parte do fato para analisar suas causas e buscar definir parâmetros de prevenção e punição do crime.

94. A Política Criminal é uma disciplina que estuda estratégias estatais para atuação preventiva sobre a criminalidade, e que tem como uma das principais finalidades o estabelecimento de uma ponte eficaz entre a criminologia e o direito penal.

95. A criminologia classifica como vitimização secundária o processo de desumanização da vítima pelas esferas de controle formal do delito, ao tratá-la como mero objeto, e com desdém, durante a investigação e a persecução criminal.

96. A criminologia se dedica também ao estudo do controle social do delito, ao lado do crime, do criminoso e da vítima. Assim, a polícia, o Judiciário, a administração penitenciária são instituições encarregadas de exercer o controle social informal.



97. Modelos de reação ao crime são aqueles adotados pela sociedade para dar uma resposta ao fenômeno criminoso, podendo ser classificados em clássico, ressocializador e integrador.

98. As teorias sociológicas propõem compreender e explicar a criminalidade como um fenômeno social; e são classificadas em teorias do consenso e teorias do conflito.

99. São teorias sociológicas do consenso as teorias da associação diferencial, da anomia e do etiquetamento.

100. A teoria sociológica do labeling approach concentra sua análise na influência das instâncias formais do controle social (polícia, Ministério Público e juízes) para a prática criminosa.

DIREITO PREVIDENCIÁRIO

Felipe Cavalcante

A respeito dos segurados do Regime Geral de Previdência Social, julgue as assertivas abaixo:

101. Após as recentes alterações normativas, os segurados obrigatórios do regime geral estarão enquadrados em uma das seguintes categorias: empregado, empregado doméstico, empregado intermitente, contribuinte individual, trabalhador avulso e segurado especial.

102. Considera-se segurado especial o indivíduo sujeito a condições especiais que prejudiquem a saúde ou a integridade física durante 15 (quinze), 20 (vinte) ou 25 (vinte e cinco) anos, conforme dispuser a lei.

103. O indivíduo eleito para o cargo de Senador da República, não vinculado a regime próprio de previdência social, será obrigatoriamente vinculado ao regime geral de previdência na condição de empregado.

104. No que tange ao custeio da seguridade social, os aposentados e pensionistas do regime geral contribuem com alíquotas idênticas às aplicáveis aos segurados ativos.

105. A seguridade social é financiada por toda a sociedade, de forma direta e indireta, mediante recursos provenientes das contribuições sociais e do orçamento da União, garantidora da prestação dos serviços nos estados, no Distrito Federal e nos municípios.

106. O recebimento de valores decorrentes de programa assistencial oficial do governo federal não descaracteriza a condição de segurado especial.

107. A seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa exclusiva dos Poderes Públicos, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social.

108. A previdência social será organizada sob a forma do Regime Geral de Previdência Social, de caráter contributivo e de filiação obrigatória. Dentre os benefícios pagos pelo regime geral de previdência, encontram-se as aposentadorias, a pensão por morte, o auxílio emergencial o salário-família e o auxílio-reclusão.

109. No crime de apropriação indébita previdenciária, a punibilidade é extinta se o agente confessar e efetuar o pagamento dos valores antes do início da ação fiscal.

110. Em razão das alterações recentes, a pensão por morte concedida no âmbito do regime geral de previdência social passou a exigir carência de 04 meses, para sua concessão.



DIREITO FINANCEIRO E TRIBUTÁRIO

Mateus Pontalti

Julgue os itens a seguir, segundo o entendimento do Supremo Tribunal Federal:

111. Normas relativas à prescrição e decadência em matéria tributária podem ser reguladas por lei ordinária.

112. O serviço de iluminação pública pode ser remunerado mediante taxa.

113. A taxa cobrada exclusivamente em razão dos serviços públicos de coleta, remoção e tratamento ou destinação de lixo ou resíduos provenientes de imóveis, não viola o artigo 145, II, da Constituição Federal.

114. É constitucional a taxa de fiscalização dos mercados de títulos e valores mobiliário.

115. É inconstitucional a fixação de alíquota progressiva para o Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação.

116. É inconstitucional um tratado internacional que conceda isenções de tributos da competência dos Estados e dos Municípios.

117. A lei tributária que define infrações, ou lhe comina penalidades, interpreta-se sempre da maneira mais favorável ao acusado, desde que sua conduta não seja dolosa.

118. Os empréstimos compulsórios podem ser instituídos por medida provisória, desde que haja a sua conversão em lei antes do término do exercício financeiro.

119. É possível a instituição de empréstimo compulsório para o atendimento de despesas extraordinárias, decorrentes de calamidade pública, de guerra externa ou sua iminência.

120. A compensação de créditos tributários não pode ser deferida em ação cautelar ou por medida liminar cautelar ou antecipatória.



Preencha o Gabarito!

<http://bit.ly/Simulado-Delegado-PF-17-01>

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

<http://bit.ly/Assinatura-ECJ>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES!

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!

<https://bit.ly/Sistemas-de-Questões>



ESSA LEI TODO MUNDO CONHECE: PIRATARIA É CRIME.

Mas é sempre bom revisar o porquê e como você pode ser prejudicado com essa prática.



1 Professor investe seu tempo para elaborar os cursos e o site os coloca à venda.



2 Pirata divulga ilicitamente (grupos de rateio), utilizando-se do anonimato, nomes falsos ou laranjas (geralmente o pirata se anuncia como formador de "grupos solidários" de rateio que não visam lucro).



3 Pirata cria alunos fake praticando falsidade ideológica, comprando cursos do site em nome de pessoas aleatórias (usando nome, CPF, endereço e telefone de terceiros sem autorização).



4 Pirata compra, muitas vezes, clonando cartões de crédito (por vezes o sistema anti-fraude não consegue identificar o golpe a tempo).



5 Pirata fere os Termos de Uso, adultera as aulas e retira a identificação dos arquivos PDF (justamente porque a atividade é ilegal e ele não quer que seus fakes sejam identificados).



6 Pirata revende as aulas protegidas por direitos autorais, praticando concorrência desleal e em flagrante desrespeito à Lei de Direitos Autorais (Lei 9.610/98).



7 Concurseiro(a) desinformado participa de rateio, achando que nada disso está acontecendo e esperando se tornar servidor público para exigir o cumprimento das leis.



8 O professor que elaborou o curso não ganha nada, o site não recebe nada, e a pessoa que praticou todos os ilícitos anteriores (pirata) fica com o lucro.



Deixando de lado esse mar de sujeira, aproveitamos para agradecer a todos que adquirem os cursos honestamente e permitem que o site continue existindo.